

# Zeroaldo Alckmin ataca novamente!

*O governador do Estado de São Paulo vetou o artigo 4º da LDO aprovada pela Alesp, retirando:*

- os 10% do ICMS para as Universidades Estaduais (que talvez fiquem sem garantia alguma de financiamento);
- o 1% do ICMS para o Centro Paula Souza;
- os 31% da receita de impostos para a Educação em geral.

*Descompromisso total do governo do Estado com o Ensino Público em São Paulo!*

*É imperioso reagir enérgica e urgentemente, utilizando todos os meios legítimos ao nosso alcance, para reverter o veto do governo e impedir o eventual descaso dos deputados da sua base aliada – ou alienada – com o Ensino Público e Gratuito no Estado de São Paulo!*



**Para reverter o veto do governador na Alesp**

Segundo o § 5º do Artigo 28 da Constituição Estadual de 1989, o veto do governador pode ser derrubado se a matéria receber a maioria absoluta dos votos da Alesp. Já que são 94 deputados, precisamos de 48 votos para derrubar o veto do Zeroaldo. O mesmo parágrafo reza que a matéria deve ser discutida e votada em um único turno, no prazo de 30 dias após o recebimento da mensagem do governador.

**Teremos um agosto e setembro agitados!!**

## **Assembléia da Adusp**

**3ª-feira, 9/8, às 17 horas, no Anfiteatro Norte - Instituto de Física**

Pauta: organização da luta em defesa da Universidade Pública e contra o ataque do governo Alckmin

# Na surdina, FIA tenta credenciar-se como Instituição de Ensino Superior e toca cursos sem chancela da USP

*Desde 2003 a fundação é “instituição especialmente credenciada” pelo MEC para oferecer alguns MBAs. Em 2004, ela arrecadou R\$ 61,49 milhões, mas repassou à USP apenas R\$ 3,2 milhões (5,2%)*

24/12/2003. Em plena véspera de Natal, a Fundação Instituto de Administração (FIA), dita “de apoio” à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), recebeu do Ministério da Educação o presente que pedira no início do ano.

Era a portaria ministerial nº 4.035, que acabava de homologar o parecer nº 318/2003 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE). A fundação estava, assim, autorizada pelo MEC a oferecer os cursos de especialização presenciais MBA em Administração de Projetos, MBA em Informática e Tecnologia Internet e em Capacitação Gerencial.

De acordo com a ata da reunião ordinária de 13/3/2003, registrada em cartório (5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital), o Conselho Curador da FIA considerava de “grande importância” a fundação ser reconhecida como Instituição de Ensino Superior (IES), e recomendava que “todos os esforços fossem envidados para esse fim”. E, em setembro de 2004, o Conselho Curador decidiu incluir entre os objetivos do Plano de Trabalho da FIA o seu “posicionamento como uma das principais instituições educacionais brasileiras” (ata, 21/9/2004).

O relator do parecer favorável ao credenciamento da FIA como instituição habilitada para oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* foi o professor Arthur Roquete de

Macedo, conselheiro do CNE, diretor da Fundação Cesgranrio e reitor da Unesp entre 1993 e 1997. Uma comissão constituída por três professores da Universidade de Brasília analisou o pedido de credenciamento da fundação.

Na análise, a comissão constatou que o corpo docente da FIA estava “constituído majoritariamente, por professores da Universidade de São Paulo, dentre os quais com contrato integral”. A questão foi encaminhada à Coordenação Geral de Legislação e Normas do Ensino Superior, que avaliou que “o tema relativo ao gerenciamento e supervisão dos recursos humanos lotados em órgão estadual é matéria estranha à deliberação da Secretaria de Educação Superior” (Sesu) do MEC, já que ela, prossegue o parecer, “não tem qualquer ingerência em assuntos que digam respeito à supervisão de servidores públicos estaduais”.

## Contradições

Por outro lado, a FIA argumentou, no processo, que a Resolução USP nº 3.533, de 22/6/1989, que baixa o regulamento dos regimes de trabalho dos docentes da universidade, estabelece que mesmo “professores-coordenadores que se submetem ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) podem atuar, até o limite de 8 horas semanais, na atividade de coordenação de cursos de extensão, bem como, até o limite de 36 horas semestrais, no exercício da docência”. Assim, o parecer recebeu voto favorável

do relator e foi aprovado por unanimidade pela CES em 3/12/2003.

O professor Celso Grisi, diretor da FIA e professor da FEA-USP, declarou ao *Informativo Adusp* que, desde que a fundação instalou sua sede em um edifício no bairro do Butantã, há cerca de três anos, todos os cursos ministrados à época, exceto os conveniados com a USP, passaram a ser oferecidos na nova sede da instituição. Os conveniados teriam permanecido na universidade até o início de 2004, quando foram finalizados.

Hoje, de acordo com o professor Grisi, a única “herança” da FIA que permanece na USP são as salas de seus professores. Mas isso, argumenta, não se pode mudar porque a FIA é composta, estatutariamente, por docentes da FEA. Ele lembra que professores contratados em RDIDP que desenvolvem atividades na fundação têm autorização da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT).

Por outro lado, o professor reconhece não poder garantir que não tenha havido alguma violação das regras do regime de trabalho docente da USP, mas afirma que casos assim são “exceções” e que a FIA toma cuidado para cumprir as determinações. “Os professores querem cumprir as regras da universidade, querem continuar com sua produção acadêmica, orientando alunos. Não ficaria bem não cumprir. Seria uma deslealdade para com a USP”, diz.

Contudo, as declarações do diretor da FIA de que a fundação não utiliza mais as dependências da USP e de

que a “herança” resume-se às salas dos professores não condizem com a realidade. Nos dias 14 e 15/7, por exemplo, a sala da Congregação da FEA foi utilizada para atividades promovidas pelo Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (Ceats) da FIA. Ademais, até 1º/8/2005, todas as páginas do sítio do Ceats na internet (<http://www.ceats.org.br>) traziam o logó da USP e registravam a sala C15 do prédio FEA-1, localizado na Cidade Universitária, como sede do centro.

## Fim do “apoio”?

O *Informativo Adusp* indagou ao professor Grisi se, a partir de 2005, a FIA deixaria de fazer repasses à USP, já que, conforme ele mesmo mencionou, os cursos oferecidos mediante convênio com a universidade haviam acabado em 2004. O docente explicou que a FIA “não tem um plano de vingança contra a USP”, apenas resolveu sair das dependências da universidade e deixar de fazer convênios porque isso tinha ocasionado muita “confusão”.

De acordo com a ata de balanço financeiro da fundação, registrada no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos, em 2004 ela repassou cerca de R\$ 3,2 milhões para a USP — segundo o professor Grisi, um valor “além da capacidade financeira da FIA”, a qual teria fechado o ano com um déficit de R\$ 1,2 milhão. O repasse à USP, porém, não representou mais do que 5,2% do montante arrecadado pela FIA em 2004, que foi de R\$ 61,49 milhões.

“A FIA foi fundada por professores da FEA para apoiar a FEA. Por isso, a FIA repassa não apenas um valor em dinheiro para a FEA, mas uma série de outros serviços”, entre os quais “compras de equipamentos, serviços de informática, apoio à administração e limpeza, guarda, prêmios de excelência acadêmica, viagens ao exterior para aperfeiçoamento de seus professores”.

“Agora não existe uso da marca USP”, argumenta o professor Grisi, referindo-se ao fato de que nos anúncios publicados em jornais a fundação deixou de usar o logó da universidade, “não existe fluxo de dinheiro da USP para a FIA”, ao contrário, esta “se deixa ser usada pela USP”.

## Indo embora

O fato é que a fundação cogitou de desligar-se da universidade, o que seria contraditório com a finalidade declarada de apoio à FEA-USP. A revelação emerge da ata da reunião de 25/3/2004 do Conselho Curador: “A Diretoria lembrou que, baseada no trabalho de Planejamento Estratégico da FIA, desenvolvido com a colaboração dos conselheiros Adalberto Américo Fischmann e Celso Varga, a instituição poderia se orientar pela idéia de uma organização constituída com propósito de ser uma instituição de apoio à USP; ou pela idéia de se desvincular formalmente da missão de apoiar a Universidade de onde se originou.”

O documento prossegue: “Em função das circunstâncias, a instituição se posicionou como instituição que dá apoio à USP (...). Assim, os

# Fundação aproxima-se de agentes institucionais

princípios que nortearam as ações da Instituição foram: manutenção do convênio entre a FIA e a FEA-USP; e adoção de ações que reduzissem o impacto de mudanças políticas na USP sobre as atividades da FIA”.

Ainda conforme a ata, as principais ações estratégicas institucionais baseadas nesses princípios foram: a) fortalecimento da marca FIA; b) autonomia operacional; c) mobilização dos multiplicadores de opinião; d) ações junto à mídia; e) promoção de eventos; f) fortalecimento de projetos na área de responsabilidade social.

No Plano de Trabalho da fundação, que consta da ata de alteração estatutária de 21/9/2004, também registrada em cartório, os objetivos estratégicos são assim detalhados:

“(a1) Posicionamento da FIA como uma das principais instituições educacionais brasileiras. Para atingir esse objetivo, a FIA tem tomado as seguintes ações:

— está apoiando o Departamento de Administração da FEA para o credencia-

mento internacional da FEA na The Association to Advance Collegiate Schools of Business (AACBS);

— está liderando os esforços das principais escolas de negócios brasileiras para organizar o segmento de MBA no Brasil;

— está credenciada na AMBA (The Association of MBAs) através do curso MBA Executivo Internacional;

— está providenciando mudanças na estrutura dos demais cursos para ampliar a certificação internacional;

— se tornou uma das instituições fundadoras da ANAMBA (Associação Nacional dos MBAs);

— criou o Programa de Orientação à Carreira (PCO) que será um dos pilares para a educação continuada de executivos;

— o Portal FIA (...) permitirá a concepção, a implantação, a operacionalização e o gerenciamento de cursos a distância.

(a2) Intensificação dos vínculos da FIA com agentes institucionais. Foi desenvolvido um plano de ação objetivando estabelecer vínculos

## Evolução das receitas da FIA (2000-2004, em milhões de R\$)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004
Receitas	50,3	56,47	72,05*	57,99*	61,49*

\*Receitas operacionais (receita real pode ser maior). Fonte: FIA.

## Repasses da FIA à USP em 2003-2004

Ano	2003	2004
Receita operacional (R\$)	57.990.000	61.490.000
Repasse à USP (R\$)	3.092.000	3.212.000
Percentual	5,3%	5,2%

Fonte: FIA (atas do Conselho Curador)

com o poder legislativo (estadual e federal), imprensa e formadores de opinião. Dentro desse plano as principais iniciativas foram:

— parceria com a Funasp (Associação Científica e Cultural das Fundações Colaboradoras da USP) que defende o conceito fundacional para a Universidade Pública;

— convênio com o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (...).

### Posição oficial

A Reitoria, consultada a

respeito dos fatos apurados pelo *Informativo Adusp*, não se manifestou até o fechamento desta edição.

Quanto à diretora da FEA, professora Maria Tereza Fleury, também procurada, enviou pelo correio eletrônico as seguintes considerações: “Realmente a FIA é uma entidade reconhecida pelo MEC para ministrar cursos de especialização. Conta em seus cursos com a colaboração de professores da FEA. Aqueles que estão em regime de RDIDP soli-

citam autorização da CERT para ministrar aulas. As três fundações ligadas à FEA contribuem com os departamentos e com a faculdade. Procuramos também, através dos cursos de extensão, realizar uma das missões da universidade, contribuindo para formação profissional de pessoas em várias especialidades.”

A professora Maria Tereza Fleury é coordenadora de projetos na FIA, incorrendo, portanto, em situação de conflito de interesses.

## INSS contesta caráter “filantrópico” da Fundação Faculdade de Medicina

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) recomendou ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em março de 2004, a não-renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Fundação Faculdade de Medicina (FFM), por entender que a instituição não atende às determinações da legislação.

O INSS também comunicou o fato ao Ministério Público Federal, que está aguardando a posição do CNAS quanto a manter ou cassar o Certificado de En-

tidade Beneficente da fundação.

“Depois da decisão nós iremos ver se a contestamos”, informou Zélia Luiza Pierdoná, procuradora da República em São Paulo. A argumentação do documento do INSS baseia-se em reportagens sobre a FFM publicadas pela *Revista Adusp* 24, de dezembro de 2001.

A FFM, fundação de direito privado criada em 1986, administra as receitas do Hospital das Clínicas. De acordo com dados da FFM a receita total para atendi-

mento hospitalar em 2004 foi de R\$ 205 milhões, dos quais R\$ 173 milhões provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS) e R\$ 32 milhões resultantes de atendimentos de pacientes de convênios médicos e particulares.

Ou seja, o SUS foi responsável por 84,4% das receitas. Para administrar essa verba a Fundação cobra uma taxa de 6,5% sobre a receita do SUS. Assim, em 2004 a FFM recebeu cerca de R\$ 11 milhões a título de taxa de gestão da verba SUS. Registre-se ser ilegal

a delegação da administração de dinheiro público a entidade privada, assim como a cobrança da taxa de administração pelo serviço.

A resolução do CNAS a respeito da manutenção do certificado deveria ter ocorrido no dia 9/6/2005. Entretanto, apesar de essa já ser a terceira renovação solicitada pela FFM, ela não entregou a documentação completa ao CNAS. Por isso, o processo de determinação teve de ser adiado, não tendo ainda prazo para ocorrer novamente.

Como revela a ata de uma

reunião realizada no ano anterior, em 15 de junho, os dirigentes da FFM mostravam-se bastante confiantes na renovação do certificado, pois segundo o coordenador jurídico, Arcênio Rodrigues, “o responsável pelo parecer da equipe técnica do CNAS já conhecia bem a fundação e deixou transparecer a impressão de que o parecer será favorável”.

Resta lembrar que, em 1996, o INSS já havia tentado cassar a condição de “filantrópica” da FFM e da Fundação Zerbini, sem êxito (*Revista Adusp* 24, p. 52).



# Sintusp refuta argumento de que democratização da USP reproduziria demandas corporativas

*Diretor do sindicato afirma que titulares são os que praticam corporativismo ao deterem a maioria das vagas nos colegiados*

Aqueles que são contra mudanças na estrutura de poder da USP sob o argumento de que colegiados paritários reproduziriam demandas corporativas de docentes, funcionários e estudantes, na verdade, exercem um corporativismo na universidade. É o que afirma o diretor do Sintusp Aníbal Cavali em entrevista ao *Informativo Adusp*. Cavali, que é funcionário da Tesouraria da Faculdade de Direito, falou em nome da entidade sobre as relações de poder na USP sob o ponto de vista dos funcionários.

“Se a grande maioria dos que comandam [a universidade] são os [professores] titulares, o corporativismo está na mão deles”, constata Cavali, numa referência ao fato de os docentes com a referida titulação comporem a maior parte das vagas nos colegiados da universidade. Para o funcionário, a participação de toda a comunidade nas decisões quebraria esse corporativismo.

“Toda a rotina de trabalho da universidade não fica apenas nas mãos dos docentes. Tem um corpo que dá toda uma base para que o ensino seja de fato aplicado”, diz Cavali. Dentre os funcionários, ele cita que há aqueles que trabalham em áreas essenciais para que a universidade desempenhe suas funções (ensino, pesquisa e extensão), como os técnicos de laboratório e os bibliotecários, por exemplo.

Cavali, porém, ressalta que todos contribuem para que a USP funcione, “desde a copeira que faz café para levar para uma reunião até um responsável por estar movimentando recursos de uma determinada

unidade ou departamento”. Assim, é ilógico que as decisões na USP sejam tomadas apenas por uma “fatia” dos membros da comunidade, deixando de lado os professores associados e os doutores, os funcionários e os estudantes. “Quer dizer: o resto não contribui para a universidade?”.

“Fica como se a gente não fosse parte da engrenagem”. A constatação de Cavali talvez traduza o sentimento dos funcionários quanto à atual estrutura de poder da universidade. Afinal, segundo informações do Anuário Estatístico da USP (<http://sistemas.usp.br/anuario>), em 2003, o número de servidores não-docentes chegava a quase 15 mil, três vezes mais que o número de professores (aproximadamente 5 mil). Por outro lado, o Conselho Universitário (Co) apenas conta com três representantes dos funcionários, enquanto os titulares são 83 dos 108 membros com direito a voto, o que corresponde a 76% do total.

Os próprios estudantes, cuja participação limitada nos colegiados é justificada sob o argumento de que são pessoas que estão na universidade por um curto período, possuem mais representantes no Co que os funcionários: são oito de graduação e quatro de pós-graduação.



**Aníbal Cavali acredita que a democratização da USP trará benefícios para a sociedade como um todo**

## **Estranhos no ninho**

“Nós não somos mais nem menos”, protesta Cavali. O tratamento dispensado aos funcionários nos colegiados fica evidente com o relato de situações vividas por eles e aponta uma situação em que os limites a sua atuação em tais fóruns decorrem, além do baixo número de representantes, de um preconceito contra a categoria, ainda que enrustido, principalmente por parte dos docentes.

“Quando a gente ia se pronunciar, os professores às vezes chegavam a debruçar no encosto da cadeira onde estavam e olhar para trás para ver quem estava falando. E a gente percebia com o olhar de um e de outro um certo

‘pouco-caso’”, relata Cavali sobre sua experiência na Congregação da Faculdade de Direito, da qual foi membro de 2001 a 2003. “Depois, é lógico, com o tempo, com a atuação dos representantes [dos funcionários], a gente já notava que os olhares começavam a mudar um pouco”. Os funcionários, conta Cavali, não eram mais vistos como “estranhos”. “Quer dizer, estranhos no ninho sempre somos, mas [depois de um tempo] não somos mais vistos com total desconsideração”.

Desconsideração que parece ser recorrente. Em reportagem publicada na edição 190 do *Informativo Adusp* (17/6/2005), um outro diretor do Sintusp, Magno de Carvalho, relata que muitos docentes tratam os funcionários da universidade como se fossem seus empregados e conta que os representantes da categoria no Co ocupam as últimas fileiras na sala do conselho, tendo dificuldades para expressarem suas opiniões. Isso se torna mais grave se considerado o fato de que os três representantes dos funcionários correspondem a menos de 3% desse órgão deliberativo.

Há uma tendência de que essa estrutura de poder se reproduza nas unidades. Ca-

da uma delas possui um Conselho Técnico-Administrativo (CTA), ou órgão equivalente, responsável por tomar decisões acerca da carreira dos funcionários. Na medida em que os CTAs são compostos em sua maioria por professores, as decisões tendem a ser contrárias a interesses dos servidores não-docentes, argumenta Cavali.

No entanto, ele destaca que a falta de democracia é mais do que isso. “Não é o fato de, em um dado momento, sermos prejudicados por estarmos representados de forma desproporcional. Fica na questão de não participarmos de fato das decisões [em geral]”, afirma Cavali, que também aponta a falta de transparência como prejudicial ao funcionamento dos colegiados. Informações, como calendários e cronogramas, ficam, segundo o funcionário, nas mãos de poucos indivíduos. Já que, como ele diz, não há “uma divulgação ampla” desses dados por parte dos integrantes dos órgãos deliberativos, muitos acabam perdendo os prazos para a apresentação, por exemplo, de recursos contra decisões já tomadas.

Mas Cavali acredita que os benefícios da democratização da USP não serão sentidos apenas por seus colegas, tampouco ficarão circunscritos nos territórios delimitados pelos muros e cercas dos campi. Ele afirma que a participação de todos os segmentos que contribuem para o funcionamento da universidade na definição de seus rumos resultaria em resultados positivos para a sociedade como um todo.